



REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES

FORTALEZA, BRASIL

AB-2199
CII/AB-836
12 março 2002
Original: espanhol

**DISCURSO DO GOVERNADOR PELO PERU
NA TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA**

Pedro Pablo Kuczynski

1. Quero começar agradecendo ao povo brasileiro e suas autoridades a calorosa hospitalidade dispensada durante a realização desta Assembléia. Além disso, quero felicitar o Presidente Iglesias e a Administração do Banco e da Corporação por seu elogiável desempenho num ambiente e conjuntura difíceis.
2. Se há uma mensagem que queremos transmitir hoje é que o Banco persista em colaborar com os países da América Latina e do Caribe para ajudá-los a chegar a um desenvolvimento sustentado. Os empréstimos que apóiam reformas de políticas são fundamentais nesta tarefa, especialmente para países como o nosso que estão em transição gradual para o uso dos mercados de capitais nacionais e internacionais. Esse acesso, sempre frágil, não significa que o Banco deva reduzir sua colaboração com estes países em transição. Nesse sentido, faço meu o discurso do Governador pela Colômbia.
3. Outra área muito importante é a do investimento privado. Acreditamos que o Banco deve dar mais apoio e dedicar maiores recursos a esta tarefa, à maneira do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. A esse respeito, o Relatório Gurría contém muitas idéias que merecem estudo e desenvolvimento. Não devemos ser tímidos: sem investimento privado no século XXI, não haverá possibilidade nem de crescimento nem de emprego.
4. Quero expressar nosso apoio ao acordo alcançado recentemente a respeito do novo esquema de financiamento do BID para seus mutuários. A nosso ver, os momentos que atravessa a região requerem uma resposta apropriada e firme da comunidade internacional para preservar as grandes transformações produzidas nos últimos anos e que puseram novamente a região no longo caminho do desenvolvimento sustentável. Neste contexto, necessitamos mais do que nunca de um Banco que conceda a seus mutuários a suficiente flexibilidade para atender, com relevância e oportunidade, às novas demandas que surgem na região.
5. Esperamos que o novo esquema de financiamento do BID mantenha os empréstimos de políticas (PBL, na sigla em inglês) como um instrumento que ajuda a preservar a estabilidade econômica de nossos países e combater a pobreza por meio do aprofundamento

de reformas estruturais em nossas economias. Num momento em que se põe em dúvida a efetividade de muitas das reformas em alguns setores de nossos povos, é imprescindível demonstrar que foi justamente a falta de profundidade e persistência na aplicação das mesmas que levaram algumas economias a se verem impossibilitadas de aumentar sua produtividade num mundo globalizado e conseqüentemente tenha havido redução nos níveis de bem-estar.

6. Creio firmemente que, para retomar um crescimento sustentado na região, é necessário intensificar as reformas estruturais e implementar as chamadas reformas de segunda geração, uma vez que elas não somente nos ajudarão a elevar nossos níveis de produtividade para competir num mundo global, mas nos permitirão incluir grandes setores de nossa população nos benefícios da economia de mercado. Por isso, ao falar de crescimento sustentado, refiro-me não apenas a um crescimento contínuo de nossas economias, mas também a um crescimento abrangente.

7. É de suma importância que o BID continue a acompanhar-nos na implementação destas reformas – financeiramente e também com assistência técnica. A propósito, esperamos que os tetos por nós aprovados para as diversas categorias de empréstimos não se transformem numa limitação para o cumprimento, por parte do Banco, de seus objetivos de desenvolvimento na região. Instamos a Administração e a Diretoria Executiva do BID a manterem a relevância do Banco com seus mutuários e a continuarem na busca de novos instrumentos de empréstimo que atendam às novas e crescentes demandas dos países, respeitando a solidez financeira da Instituição.

8. No entanto, gostaria de destacar que o BID tem outro papel muito importante na região, relacionado com o desenvolvimento do setor privado em nossos países. Os diversos guichês do Banco devem ter condições de permitir que o setor privado de nossos países tenha acesso ao financiamento de longo prazo em condições apropriadas.

9. Neste sentido, felicitamos o aumento do limite de 5% para 10% nas atividades do setor privado do Banco (PRI) e a eliminação das restrições de nacionalidade com as quais operava a Corporação Interamericana de Investimentos na concessão de empréstimos à pequena e média indústria da região. Esperamos que o PRI possa continuar a oferecer apoio financeiro ao setor privado que investe em infra-estrutura, canalizando seus recursos próprios, bem como incentivando os bancos comerciais privados a participarem de seus projetos. Além disso, que também possa cumprir uma função importante no desenvolvimento de nossos mercados de capitais, elemento determinante no aumento da poupança na região. O setor privado é o motor do crescimento e sua importância relativa tem aumentado com relação ao Estado, o qual, com seus escassos recursos, deve dedicar-se a combater a pobreza e promover condições adequadas para que o investimento privado nos permita crescer de forma sustentável.

10. O BID tem tido um papel importante na promoção destas condições nos países e cremos que é o momento de intensificar a função do Banco em apoio ao setor privado da região. As próximas negociações para áreas de livre comércio tornam prioritário o aumento dos níveis de competitividade da região. Neste sentido, o BID tem muito a fazer na promoção da incorporação de novas tecnologias por meio de novo investimento externo, da capacitação de recursos humanos e, em geral, da mobilização de financiamento externo para a região.

11. Vemos com simpatia a formação de um grupo de trabalho para facilitar a reposição de recursos do Fundo Multilateral de Investimentos, cujo mandato foi prorrogado recentemente até 2005. Além disso, cremos conveniente aproveitar este exercício de reposição para conceder-lhe um novo mandato que atenda às novas necessidades dos países – sobretudo nas áreas vinculadas ao comércio internacional.

12. Com relação à Corporação Interamericana de Investimentos, entendemos os esforços da Administração para cumprir o mandato do Convênio que a impulsiona no cumprimento de sua função de desenvolvimento emprestando capitais de longo prazo a pequenas e médias empresas da região e, ao mesmo tempo, obtendo rentabilidade em suas operações. Definitivamente, a estrutura atual da Corporação dificulta o cumprimento deste mandato. A concessão de empréstimos relativamente pequenos a empresas médias de uma região em que a volatilidade de seus mercados gera, não poucas vezes, certa instabilidade e com uma estrutura administrativa sediada em Washington, não só implica ter custos administrativos e de acompanhamento significativos, mas também complica o processo de identificação de projetos. Instamos a Diretoria Executiva da Corporação e a sua Administração a abordarem estas dificuldades com base na experiência de instituições bem-sucedidas dedicadas a conceder empréstimos às pequenas e médias empresas.

13. Muito se tem falado ultimamente sobre o impacto dos programas do BID no desenvolvimento da região. É importante que os benefícios dessas reformas cheguem aos mais pobres de nossos povos. Esta tarefa é uma responsabilidade compartilhada entre os países e o Banco. A este respeito, quero reconhecer e apoiar decididamente os esforços envidados atualmente pelo Banco para melhorar suas ferramentas na medição do impacto de seus projetos no desenvolvimento dos países e na luta contra a pobreza.

14. Para terminar, quero reiterar o convite estendido nas últimas assembléias do Banco para que o Peru seja a sede da Reunião Anual da Assembléia de Governadores em 2004. Será muito grato para o povo e o Governo peruano recebê-los em nosso país.